

Por Flavia Galembeck

Como os ataques cibernéticos e os drones entraram na mira das seguradoras

Depois de sucessivos resultados negativos e da pressão dos acionistas para que a operação fosse vendida, o Yahoo tinha, enfim, encontrado o seu “salvador”. Em julho do ano passado, a empresa, uma das pioneiras da internet, havia recebido uma proposta de US\$ 4,83 bilhões da operadora Verizon – o que soava como um alívio para a contestada CEO Marissa Mayer. Mas, quando tudo estava encaminhado, veio o baque com a descoberta de que um bilhão de usuários do Yahoo tiveram suas contas hackeadas entre 2013 e 2014. Por conta disso, a Verizon renegociou o preço. No mês passado, o negócio foi fechado com um desconto de US\$ 350 milhões.

Os problemas causados pelos roubos digitais não terminaram. Eles geraram mais de 23 ações coletivas de indenizações, que podem chegar a US\$ 7 bilhões, nos Estados Unidos. A dor de cabeça poderia ter sido evitada se a companhia tivesse um seguro cibernético, modalidade que tem ganhado mercado na mesma velocidade dos bytes que circulam na web. Esses seguros contra roubos de informações tecnológicas chegaram ao Brasil há cerca de dois anos, mas começaram a receber mais atenção depois que a corretora XP Investimentos teve dados de 29 mil clientes roubados e passou a ser vítima de chantagem por parte de hackers.

Dentre as empresas habilitadas a oferecer essas apólices estão as seguradoras americana AIG e a irlandesa XL Catlin, que são comercializadas em brokers como Willis, Aon e JLT, entre outras. O mercado nacional, entretanto, ainda engatinha: o número de apólices emitidas orbita em torno de 20. Apesar dos dados ainda serem tímidos, o setor é visto como um novo filão pela indústria seguradora para os próximos anos, assim como a proteção para drones, cujas vendas vem crescendo, impulsionadas pelo agronegócio, que os usa para monitorar lavouras. Um estudo da empresa britânica de resseguros Lloyd's, feito em 2015, avalia que os prejuízos globais de ataques hackers somam US\$ 400 bilhões ao ano. Esses números devem triplicar até 2019, quando as perdas são estimadas em US\$ 2,1 trilhões.

Na corretora Willis, por exemplo, a procura por informações sobre a cobertura para cyber risks aumentou quase 100% em 2016. “Os contratos ainda não cresceram na mesma proporção, mas trata-se de um período de maturação do produto”, afirma Ana Albuquerque, gerente de Linhas Financeiras na Willis. Nos Estados Unidos, essas apólices movimentam US\$ 3 bilhões em prêmios. De uma maneira geral, esse seguro cobre custos de cessão de lucros, caso a rede de internet seja paralisada, danos a terceiros, despesas relacionadas à notificação de clientes e até mesmo resgates em casos de sequestro de dados. Segundo Bandeira, a maior apólice no Brasil é de um grande banco privado, mas hospitais, indústrias e e-commerce estão entre os potenciais clientes.

Para Maurício Bandeira, gerente de Produtos Financeiros da Aon, a projeção é que esse mercado movimente R\$ 50 milhões em prêmios no Brasil, nos próximos três anos. De olho nesse potencial, quatro seguradoras protocolaram o pedido de registro desse seguro na Susep. A espanhola Mapfre é uma delas. De acordo com Davi Gomez, diretor de Riscos Industriais e Financeiros da Mapfre Brasil, a companhia adiciona consultoria para a mitigação de riscos de ataques hackers à cobertura. A Mapfre também está formalizando na Susep um seguro para drones, mirando o agronegócio. Além de acidentes com os dispositivos, a ideia é cobrir também acidentes com terceiros. Ainda não há uma regulamentação para veículos aéreos não tripulados no Brasil, mas a expectativa é de que isso aconteça no segundo semestre, o que pode impulsionar a venda de apólices.

Fonte: [Isto É Dinheiro](#), em 10.03.2017.